

LITIGIOSIDADE TRIBUTÁRIA, CONSENSUALIDADE E DIREITOS FUNDAMENTAIS

CARGA HORÁRIA: 30h/a

PROFESSORES: **Raphael Frattari Bonito/ Carlos Victor Muzzi Filho/ Antônio Carlos Diniz Murta**

EMENTA

A litigiosidade entre a Administração Tributária e os contribuintes é investigada nas suas técnicas tradicionais (processo tributário judicial e administrativo), para a busca de novos procedimentos de solução de conflitos, especialmente a transação e a adoção de expedientes que deem maior eficiência à arrecadação, como presunções ou ficções legais (regimes de estimativa, substituição tributária, etc), sob a égide da consensualidade entre a Administração Pública e os contribuintes, sempre almejando a concretização dos direitos fundamentais.

OBJETIVOS

Compreender os métodos tradicionais de solução de conflitos tributários utilizados no Brasil (discussão judicial e administrativa), para a propositura de novas técnicas que primem em buscar a consensualidade na relação entre a Administração pública e os contribuintes, valendo-se especialmente da transação, e da adoção consensual de presunções e ficções legais.

BIBLIOGRAFIA

1. ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2008. 2.
2. ARDANT, Gabriel. *Histoire de l'impôt*. Livre I e II. Les Grandes Études Historiques. Paris: Fayard, 1972.
3. ÁVILA, Humberto. **Sistema Constitucional Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2004.
4. BINENBOJM, Gustavo. **Uma teoria do direito administrativo: direitos fundamentais, democracia e constitucionalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
5. CHEVALLIER, Jacques. *L'État post-moderne*. 2. ed. Droit et Société, série politique, v. 35. Paris: LGDJ, 2004. 226 p.
6. COELHO, Sacha Calmon Navarro. **As liminares e depósitos antes do lançamento por homologação: decadência e prescrição**. 2. ed. São Paulo: Dialética, 2002.
7. DERZI, Misabel Abreu Machado. **Direito Tributário, Direito Penal e Tipo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988, 302 p.

8. DIAS, Maria Tereza Fonseca. **Direito administrativo pós-moderno**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003. 270 p.
9. FAVEIRO, Vítor. **O estatuto do contribuinte: a pessoa do contribuinte no estado Social de Direito**. Coimbra: Coimbra Editora, 2002.
10. FAZZALARI, Elio. **Instituições de Direito Processual**. Tradução Elaine Nassif. Campinas, 2006. 781 p.
11. FERREIRO LAPATZA, J. J (org). *La justicia tributaria em Espana*. Madrid: Marcial Pons, 2005.
12. FERRANDIZ, Carlos Colomer (org.). *Propriedad y Derecho Fiscal*. Madrid: Centro de Estudios, 2005.
13. FRATTARI, Raphael. **A decadência e a prescrição nos tributos sujeitos ao lançamento por homologação: por uma compreensão constitucionalmente adequada da norma geral de direito tributário no direito brasileiro**. 2008. Tese (Direito tributário – Faculdade de Direito, UFMG) 360 f. 2008.
14. GRECO, Marco Aurélio. **Dinâmica da tributação: uma visão funcional**. 2. ed. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
15. HABERMAS, Jürgen. **Faticidade e validade**. vol. I e II. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
16. MARINS, James. **Direito processual tributário brasileiro** (administrativo e judicial). 4. ed. São Paulo: Dialética, 2008.
17. MARTINS, Ives Gandra da Silva Martins (org.). **O tributo: visão multidisciplinar sobre a sua natureza**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
18. MURPHY, Liam, NAGEL, Ernest. **O mito da propriedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
19. NABAIS, José Casalta. **O dever fundamental de pagar impostos**. 2. Ed. Coimbra: Almedina, 2004.
20. XAVIER, Alberto. Do lançamento. **Teoria geral do ato, do procedimento e do processo tributário**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, 632 p.